

2004

Cidadania Sexual

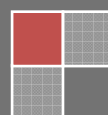
Direitos Humanos, Homofobia e
Orientação Sexual

A Comuna, 5: 50-55

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2004



Cidadania Sexual: direitos humanos, homofobia e orientação sexual.

1.

O tema da orientação sexual como um direito humano foi recentemente abordado por Ana Cristina Santos na sua dissertação de mestrado em sociologia (Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra) intitulada “Dos direitos humanos aos direitos das minorias sexuais”. Esta activista dos direitos sexuais, membro da associação não te privas, coloca os direitos sexuais na ponta final de um percurso histórico de tentativa de universalização dos direitos humanos. Assim, desde a Carta dos Direitos inglesa de 1689, passando pela Declaração de Independência dos EUA em 1776 e pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, após a revolução francesa, até à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o percurso tem sido marcado por uma lógica de crescente detalhe dos direitos reconhecidos: direitos das mulheres, das crianças, dos prisioneiros, das vítimas de crime e tortura, da diferença étnica, religiosa ou linguística. A Plataforma de Acção saída da 4ª Conferência Mundial de Mulheres em Pequim propôs, por fim, os direitos sexuais como um princípio internacional de direitos humanos.

Não é, infelizmente, surpreendente, que os direitos sexuais tenham sido os últimos a serem contemplados. Os processos de naturalização da diferença sexual e de género impossibilitaram historicamente a consideração da sexualidade como um campo de poder. Mas, dentro da categoria genérica de direitos sexuais, a questão da orientação sexual ficou, ainda, secundarizada em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres – de qualquer modo vistas, ainda de forma essencialista e naturalizadora, como necessariamente heterossexuais e fundamentalmente como reprodutoras.

Recentemente, o Brasil apresentou na ONU um projecto de resolução intitulado “Direitos da Pessoa e Orientação Sexual”, com o intuito de condenar as discriminações fundadas na orientação sexual e na identidade de género. A proposta foi retirada pelo Brasil no passado dia 30 de Março, devido à dificuldade sentida em arranjar votos suficientes para a sua aprovação. Porquê? Por causa das pressões fortíssimas exercidas quer pelos países dominados por formas de fundamentalismo islâmico, quer pelo Vaticano. O texto da “Resolução Brasileira”, como ficou conhecida (pode ser consultado em <http://www.brazilianresolution.com>.) relembra que os direitos da pessoa e as liberdades fundamentais não podem ser postos em causa em função da orientação sexual e da identidade de género.

Talvez a maior parte dos leitores e leitoras não tenha noção do real carácter da homofobia. Um comunicado recente da Act-Up de França, a propósito justamente da retirada da Resolução Brasileira, relembra que, «cada dia, somos vítimas de perseguições, de violências, de torturas e de assassinatos. No Egipto, os homossexuais são perseguidos e presos; na Arábia Saudita são decapitados; na Nigéria arriscam serem lapidados; na Roménia ainda são postos na prisão; na Malásia, o governo prevê a condenação à lapidação; na maior parte dos países de África, à excepção da África do Sul e da Costa do Marfim, a homossexualidade é punida pela lei, podendo a punição ir até à pena capital». Esta é a dimensão crua e cruel da perseguição da homossexualidade na sua forma mais bárbara, remanescente dos autos-da-fé da Inquisição católica, dos “tratamentos” compulsivos com choques eléctricos ao longo do século XX em muitos

países “civilizados”, dos campos de concentração Nazis onde os triângulos rosa e preto eram cosidos à roupa de milhares e milhares de prisioneiros gay e lésbicas, ou ainda do imprisonment na Mitra do Portugal salazarista.

É claro que, felizmente, não é esta a realidade nos países ocidentais, nomeadamente da Europa e das Américas. Todavia, há que ter noção da quantidade e “qualidade” de ataques homofóbicos mesmo nestes contextos: das agressões policiais, comuns em Portugal, até, por exemplo, ao assassinato em 1998, numa pequena cidade dos EUA, do jovem Matthew Shepard, de 21 anos, por dois rapazes. Ele foi crucificado numa cerca de arame afarpado e o seu assassinato gerou uma onda de protestos nunca antes vista. Nos EUA, a polémica sobre os casamentos entre pessoas do mesmo sexo está hoje no centro do debate político, das decisões cruciais sobre cidadania, liberdades e projecto civilizatório. Na União Europeia, múltiplas recomendações pelos direitos com base na orientação sexual são, agora, centrais na definição do projecto europeu (e sistematicamente “esquecidas” pelos governos portugueses). Para “percebermos” o que é a homofobia – e o fosso entre tentativas de melhoria legislativa, e a realidade - proponho recuperar aqui um pequeno texto que “postei” (como se diz agora na linguagem dos blogs) há tempos. O texto pretendia apresentar uma classificação tentativa de tipos de homofobia.

2.

O primeiro tipo é a Homofobia Institucionalizada, isto é, quando o direito e a política agem directamente no sentido de perseguir os e as lgbts¹: seria o caso do Holocausto Nazi, e de toda a espécie de aplicação de leis homofóbicas - do encarceramento em Cuba, à lapidação e morte em muitos regimes fundamentalistas. Embora as diferenças de grau sejam importantes, o artigo do nosso Código Penal que fala em actos homossexuais com adolescentes deveria ser incluído aqui. Fazem parte desta categoria (na realidade uma sub-categoria, a que se poderia chamar Homofobia do Conhecimento Institucionalizado) os conhecimentos especializados que gerem os corpos e as vidas e que legitimam as decisões políticas e jurídicas: da medicina à criminologia, passando pela religião, encontramos pressupostos, ocultações, silenciamentos e/ou excessos de definição sobre as existências lgbt.

A segunda seria a Homofobia Social, isto é, os actos homofóbicos activos cometidos pelas pessoas nas suas relações em sociedade. Também aqui o grau varia: de assassinatos-performance como o de Matthew Shepard nos EUA, até aos micro-episódios de homofobia que todos e todas as lgbts vivem no quotidiano, passando pelas expulsões de jovens lgbts de casa dos pais e actos semelhantes. Esta categoria tem como espaços-tempos não as grandes instituições e arenas, mas aquelas, mais imediatas, onde vivemos o quotidiano: a família e a casa, o local de trabalho e a rua (mostrando, aliás, como para muitos lgbts - assim como para as mulheres - a distinção entre público e privado é pouquíssimo real).

A terceira seria a Homofobia Latente, isto é, todos os mecanismos e dispositivos que servem, de forma pouco articulada e consciente (quer para quem exerce a homofobia, quer para quem dela é alvo) para reproduzir a ordem heterossexista necessariamente

¹ A sigla LGBT significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros.

excludente dos lgbs. Aqui incluir-se-iam coisas tão diversas como as posturas corporais, a roupa, a linguagem, os *role models* no cinema ou na vida pública, a publicidade, etc. A coincidência com a ordem de gênero (isto é, com uma determinada ordenação das relações e identidades de gênero cultural e historicamente específica, e a própria existência do gênero como ordenador social), é flagrante.

Por fim, a quarta seria a Homofobia Interiorizada, aquela que as próprias vítimas da homofobia (se não incluirmos na categoria de vítimas os próprios homófobos...) transportam dentro de si como mecanismo de contenção, autocensura, ressalva, medo, gerando a "esquizofrenia" que tão bem conhecemos nas vidas duplas, nas acusações de exibicionismo feitas às marchas gay pelos próprios gays, nos casamentos de conveniências (e que, como todas as esquizofrenias com aspas, pode ser "resolvida" rendendo-se a ela, ou usando-a criativamente como forma de libertação: expondo-a, demonstrando as suas contradições, gozando com ela e, por fim, deitando-a fora).

A cada uma destas categorias de homofobia deveria corresponder uma forma de contra-homofobia. À primeira corresponde o movimento pelos direitos lgbt, travado no campo da política, da legislação e dos direitos humanos, assim como no campo do pensamento crítico, sobretudo nas ciências sociais e nas humanidades. À segunda, correspondem as redes de solidariedade, comunidade e apoio. À terceira corresponde a comunidade enquanto lugar de criação cultural, isto é, enquanto lugar de experimentação de formas alternativas de vida e relação e enquanto lugar de criação de representações (de revolta, de humor, de provocação). Neste último caso, o mercado não pode ser esquecido como instituição bem mais complexa e criativa do que algum esquerdismo mais básico normalmente pensa. À quarta corresponde o efeito individual do somatório e intersecção das outras três. Não é por acaso que é o mais difícil de fazer e onde os resultados são mais difíceis de obter. Tal como no caso das categorias, também as formas de contra-homofobia (que é como quem diz, de contra-hegemonia, já que a homofobia é parte integrante da ordem de gênero) se intersectam.

Neste ponto do texto, temos duas "conquistas": o reconhecimento da orientação sexual como critério de defesa, garantia e promoção de direitos humanos, aplicável às legislações e independente, tal como no caso dos direitos das mulheres, do relativismo cultural; e o reconhecimento da homofobia e não da homossexualidade como um problema social - correlato do sexismo, do machismo, do racismo e da xenofobia. Não temos, todavia, "conquistado" o problema existencial, biográfico, psicológico, vivido, da aceitação da homossexualidade como variante da sexualidade humana. É neste problema que chocam quase sempre as políticas emancipatórias. Talvez por isso resolvi recuperar um outro texto, esse inédito em termos de publicação (embora divulgado na Internet em tempos) e que assenta na estratégia pedagógica de uma "Carta aos Pais", imitando o estilo dos textos de auto-ajuda.

3.

O MEU FILHO É HOMOSSEXUAL. E AGORA?

Você criou o seu filho com amor e carinho. Por vezes sacrificou-se, para lhe dar a melhor educação possível. É provável que você tenha visto o seu filho como um prolongamento de si e tenha desejado para ele uma vida de felicidade e sucesso, nos planos amoroso, familiar, profissional e social. Mas com certeza você também pensou

muitas vezes em como o seu filho é um indivíduo com vida própria ou como as escolhas dele podem ser diferentes das suas (por exemplo, os gostos musicais, os amigos com quem sai, até mesmo as ideias políticas), sem que isso vos afaste, desde que haja a comunicação e o afecto suficientes para aprenderem em conjunto. Você sabe que o laço entre si e o seu filho nunca se perderá, mas que, para tal, terá que o cultivar depois da inevitável separação.

Mas um dia o seu filho diz-lhe que gosta sobretudo de pessoas do mesmo sexo. Ou que se apaixonou por alguém do mesmo sexo. E você não sabe como reagir. Ficam aqui algumas deixas para reflectir. Mas não se esqueça: o que o seu filho lhe comunicou foi um sentimento e uma maneira de ser, não uma catástrofe (ele não lhe disse que cometeu um crime, que é toxicodependente ou que tem uma doença grave).

Será que o meu filho é doente?

Não. Há muitos anos que os especialistas e as organizações internacionais na área da saúde não consideram a homossexualidade uma doença, nem sequer do foro psicológico. De facto, já foi considerada uma doença. Nalgumas paragens ainda é um crime, como em países fundamentalistas como a Arábia Saudita. E certos sectores religiosos ainda a consideram um pecado. E, é claro, muitas pessoas menos informadas ou pouco expostas ao convívio com homossexuais também o pensam. Mas pense um pouco em como as mentalidades e os costumes têm mudado. Há séculos atrás acusavam-se pessoas inconvenientes de serem bruxas e elas eram queimadas vivas por isso. Hoje isso faz algum sentido? E para não irmos tão longe, pense em como, até há bem pouco tempo, uma mulher divorciada era estigmatizada pela sociedade; ou como as mulheres não tinham direitos e dependiam, até legalmente, dos maridos. Hoje isso é considerado um absurdo e uma injustiça, até pelas pessoas mais conservadoras. A mudança de atitudes perante os homossexuais vem no seguimento destas mudanças. Só que mais lentamente, porque mais recente.

Será que eu tenho culpa por ele ser assim?

É natural que os pais procurem responsabilizar-se pelo que de “errado” acontece aos filhos. Eles desejam o melhor para eles e esforçam-se, ao longo do seu crescimento, para lhes darem orientação e valores. Um belo dia o filho comunica-lhes que é homossexual ou que está apaixonado por alguém do mesmo sexo, e a força dos costumes e da pressão social leva os pais a pensarem que fizeram algo de errado ou que os filhos foram vítimas de más companhias. Normalmente, nem uma nem outra coisa são verdade.

As teorias que procuram explicar a origem ou causa da homossexualidade são especulativas. Na realidade, a própria pergunta sobre as origens da homossexualidade é absurda, pois implica responder também à pergunta sobre as origens da heterossexualidade. A sexualidade dos indivíduos - incluindo a orientação sexual - é o produto de muitos e insondáveis factores. E os comportamentos sexuais só devem ser encarados como problemas quando dão mal-estar aos próprios ou interferem com a liberdade alheia, e não porque os valores sociais dominantes os consideram errados. Você não teve “culpa”. Pense antes em como educou o seu filho tão bem que ele confiou em si e contou-lhe a verdade, uma verdade íntima e fundamental para ele se sentir bem consigo próprio.

Tão pouco a homossexualidade é um vício que se pegue. Nenhum ser humano usa o seu corpo e a sua sexualidade a não ser que se sinta bem a fazê-lo. E se for vítima de algum atentado à sua liberdade sexual, o mais certo é que passará a odiar o que lhe fizeram. O mais provável é que o seu filho tenha descoberto, de forma positiva, que o seu erotismo se orienta mais para pessoas do mesmo sexo. E o mais desejável é que o seu filho o tenha descoberto ao apaixonar-se por alguém e ao sentir a força do sentimento amoroso.

Como é possível aceitar a homossexualidade?

Os seres humanos, enquanto animais, podem ser ou macho ou fêmea, de modo a permitir a reprodução sexuada. Este é um dado da natureza, como que uma herança da humanidade. Mas é um dado com tantas consequências morais quanto o clima ou a vegetação. Condiciona, não determina. Isto porque os seres humanos não são apenas animais, pois têm racionalidade, afectividade e cultura. Cada vez é mais consensual pensar-se que somos, à nascença, potencialmente bissexuais. Trata-se de uma questão de probabilidades e combinatórias: havendo dois sexos, teremos pessoas que gostam mais de outras do mesmo sexo, e pessoas que gostam mais de pessoas do mesmo sexo, sendo que raramente esse sentimento é exclusivo ou definitivo. Mas como as sociedades humanas sentiram, durante séculos, a necessidade de organizar e garantir a sua reprodução, a bissexualidade inata tem sido domesticada. Isto fez-se, quase sempre, garantindo três coisas: a desigualdade social entre homens e mulheres, para controlar a reprodução feminina; a repressão dos instintos homossexuais; e o ensino e promoção da heterossexualidade.

As sociedades modernas já não precisam destas formas de constrangimento: por um lado, são as próprias mulheres que podem, hoje, controlar a sua fertilidade, o que lhes permitiu serem seres humanos de pleno direito, em todos os planos da vida. As formas de família mudaram radicalmente, não tanto por esta instituição estar em crise, mas porque uma sociedade mais diversificada gera, necessariamente, formas de organização também mais diversificadas (a família composta por um casal de homem e mulher, para toda a vida e com filhos já não constitui a única possibilidade). Um novo ideal preside, todavia, às uniões amorosas: é o ideal do amor. Com isto quer-se dizer, hoje em dia, que o que legitima e dá sentido a uma união entre duas pessoas é o sentimento amoroso desinteressado: por isso a duração da relação, a existência ou não de filhos, e o sexo dos membros do casal, são cada vez menos factores determinantes.

O que é que ele anda a fazer?

Muito provavelmente, o que o seu filho anda a fazer é a namorar, como qualquer outro jovem. Ou a querer começar uma relação de casal, como qualquer outra pessoa. Deverá ter conhecido alguém por quem se sentiu muito atraído, num amor recíproco. As imagens de grupos de homossexuais fechados sobre si mesmos, promíscuos e obcecados por sexo, ou se aplicam a uma minoria cuja projecção é exagerada pela curiosidade e o opróbio, ou se aplicam a uma períodos de experimentação na vida das pessoas, comum a heterossexuais e a homossexuais. A maior parte dos homossexuais são pessoas como as outras, sem traços exteriores visíveis, desejosas de encontrarem alguém com quem possam construir uma relação amorosa satisfatória. Não são necessariamente “efeminados” nem necessariamente ultra-“masculinos”; não se relacionam só com outros homossexuais; e os comportamentos perversos e criminosos, como a violação ou a pedofilia, não estão relacionados com a orientação sexual. Todos

os preconceitos contra os homossexuais são isso mesmo, preconceitos. Diferem pouco daqueles que existem contra negros, judeus ou mulheres. E têm a mesma causa: a ignorância.

Por outro lado, um dos aspectos que mais assusta os pais e quem não conhece a homossexualidade, são as práticas sexuais em si. Ora, elas nada têm de especialmente diferente das práticas heterossexuais: em ambos os casos, trata-se de usar o que a natureza nos deu, o nosso corpo e os nossos genitais – assim como a afectividade e a fantasia - para obter e dar prazer.

Será que ele vai sofrer por ser assim?

Seria irresponsável dizer que não. Por várias razões. Se na nossa sociedade ainda se domestica a bissexualidade natural, promovendo a heterossexualidade (porque ela é promovida: pense por um momento nas personagens dos filmes, na publicidade, nos manuais escolares, na própria família), a primeira pessoa a sofrer será o próprio homossexual, porque vai sentir que é diferente e que a sociedade não oferece um modelo positivo para a sua identidade. Se o seu filho lhe contou que é homossexual, isso significa que ele já passou por um penoso processo de tomada de consciência e chegou à conclusão que está bem consigo próprio. Ao contar-lhe, ele está a dizer: confio que me aceites como sou e preciso do teu afecto e apoio para ultrapassar as dificuldades que possa vir a sentir. Essas dificuldades podem ter a ver com a “coscuilhice” dos outros, com o emprego, etc. Mas quantos mais homossexuais assumidos houver, mais a sociedade aprenderá a conviver com a diversidade. De facto, cada vez menos pessoas perseguem os outros pela sua orientação sexual, cada vez mais se valoriza o mérito e não se interfere na vida privada, e cada vez mais as leis protegem os direitos dos homossexuais e condenam a discriminação. O processo é muito semelhante ao que levou a mais direitos cívicos para as mulheres e à menor aceitação social do machismo.

O que é que eu posso fazer?

Desde logo, o que *não* deve fazer, para seu bem e dele: tentar convencê-lo a mudar, propor uma “cura”, ou cortar os laços. Não se convence alguém a mudar de sentimentos e de impulso erótico, pois não se trata de uma escolha (a escolha é a de ter assumido e comunicado a orientação sexual); não se propõe uma cura, pois a homossexualidade não é uma doença (e quando se achava que o era, as “curas” de internamento psiquiátrico e de electrochoque, não curaram ninguém: apenas destruíram as pessoas); e não deve cortar os laços, pois isso só vai fazer com que ambos sofram e percam a oportunidade de se conhecerem melhor enquanto pessoas.

O único caminho possível é o diálogo. Procure aprender com o seu filho, esclarecer dúvidas com ele. Se ele tem um namorado, procure conhecê-lo, pois assim verá uma pessoa e não uma abstracção. Pode também procurar ler obras que versem o assunto. Em Portugal, as associações de defesa dos direitos dos homossexuais dispõem de linhas de apoio e até de grupos de discussão para pais que passaram pela sua situação. Se, ainda assim, se sentir perturbado, não se coíba de procurar ajuda psicológica: os psicólogos estão hoje mais dispostos a ajudar pessoas na sua situação do que a “curar” a homossexualidade.

Mas como poderá o hipotético pai ou mãe seguir os conselhos do hipotético pedagogo se, à sua volta, a sociedade e a política se organizam de forma intrinsecamente homofóbica? É, creio, no plano da política emancipatória, que a diferença tem que ser feita. O historiador social Jeffrey Weeks propôs em 1999 o conceito de cidadania sexual. Regressando ao início do texto, Ana Cristina Santos, pegando em desenvolvimentos daquela ideia, nomeadamente por Richardson (2000) identifica três direcções no discurso reivindicativo pelos direitos sexuais: «reivindicação por direitos baseada na conduta prática: direito à actividade sexual; direito ao prazer, direito ao corpo (auto-determinação sexual e reprodutiva); reivindicação por direitos baseada na identidade: direito à auto-definição; direito à expressão; direito à auto-realização; reivindicação por direitos baseada na relação: direito ao consentimento; direito à livre escolha; direito a relações sexuais publicamente reconhecidas» (p. 20).

No exercício da sexualidade e das formas de vida a ela associadas, só podem existir dois tabus: o da ausência de mútuo consentimento nas práticas e relações, e a ausência de mútuo consentimento informado, isto é, aquele que se convencionou só ser possível a partir da idade legal de consentimento. Tudo o resto – a visibilidade das identidades pessoais ou colectivas, os direitos ao emprego, ao casamento, à adopção, à reprodução medicamente assistida e tantos outros – são direitos... humanos.

Miguel Vale de Almeida